

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal cobra tributos sobre incentivos fiscais de ICMS..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS detalha regras para prova de vida..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entenda questionamentos sobre relação de Moro com consultoria..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Negociação em tomo de vetos é retomada..... 10

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pandemia faz número de pensões por morte subir 43%..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo estuda elevar benefícios..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Um ministério-tampão a vista..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma é consenso entre assessores de pré-candidatos..... 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Petrobras no alvo dos estados..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ala política age para desonerar gasolina..... 20

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Centrão dribla Guedes e Senado para tentar baixar preço de combustíveis..... 21

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ano eleitoral é a pior hora para discutir redução de imposto de combustível, diz especialista
..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Entenda como dólar, tributos e cotação internacional atuam na formação dos preços dos
combustíveis..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

De volta à Selic - NELSON BARBOSA..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS PEC permite zerar imposto de combustíveis por dois anos.....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS O tortuoso caminho da privatização no Brasil - FRANCISCO GÓES.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Entidade enfrenta neoliberalismo, diz ex-chefe do Cade.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Justiça libera sócio falido de comprovar quitação de dívida com o Fisco.....	31
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA Remédio amargo contra inflação (Editorial).....	32
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA Campanha reforça risco político para a estatal (Artigo).....	33
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA Putin preparou a Rússia para resistir às sanções.....	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Energia nuclear é energia limpa? - CELSO MING.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Mercado aposta em uma alta de 1 ponto na taxa Selic em março.....	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Onze grupos apresentam propostas para modelo de operação dos jogos.....	39
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA Banco Central persiste na batalha contra a inflação (Editorial).....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Crise hídrica custou R\$ 28 bilhões para o país, aponta ministério.....	41
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Mercado reduz relação entre dívida e PIB, indica SPE.....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA A moeda digital do Fed (Artigo).....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA PPG inicia novo ciclo de investimentos no Brasil.....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA GPA planeja investir R\$ 1 bi no Brasil este ano.....	45

Sexta-Feira, 4 de Fevereiro de 2022

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
POLÍTICA

Presidente confirma a troca de 11 ministros em 31 de março..... 46

Receita Federal cobra tributos sobre incentivos fiscais de ICMS

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132

INSS detalha regras para prova de vida



Tainá andrade

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) publicou ontem no Diário Oficial da União as portarias que estabelecem novas regras para que os segurados façam a prova de vida, que deixará de ser apenas presencial. Entre as novidades, está o reconhecimento por biometria facial. Os 36 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários que tiverem carteira de motorista e título de eleitor, com registro biométrico, poderão utilizar esse meio para fazer a comprovação. O órgão cruzará os dados da base do Departamento Nacional de Trânsito (Detran) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com as leituras digitais para entregar o benefício.

Outras duas opções de reconhecimento biométrico podem ser empréstimos consignados ou o recebimento do benefício. Perícias médicas presenciais ou por telemedicina, nas redes privada, pública ou conveniada, e atualizações no Cadastro Único também valem. O acesso ao aplicativo do **INSS** ou sistemas dos órgãos e entidades públicas que possuam certificação e controle de acesso, no Brasil ou no exterior, estão entre os meios de comprovação.

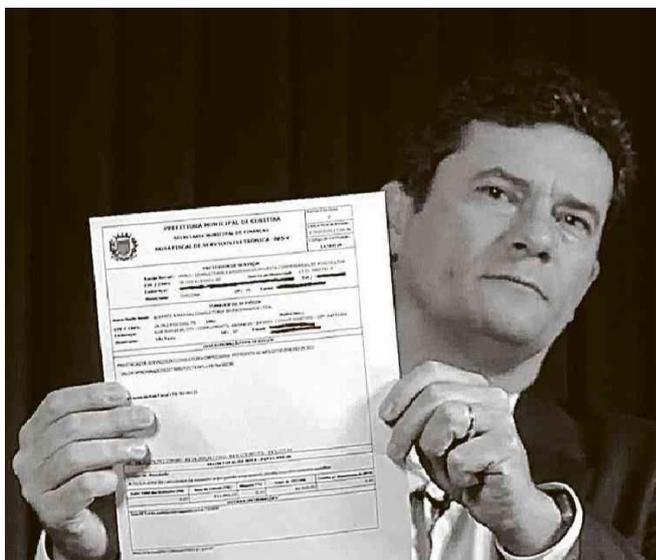
Se a pessoa não for encontrada por nenhuma das bases do governo, caberá ao **INSS** notificar o beneficiário sobre a ausência. O aviso chegará no mês anterior ao aniversário do indivíduo, preferencialmente por meio eletrônico.

O texto esclarece ainda que, quando for preciso, o **INSS** deve fornecer meios para que o procedimento seja realizado sem que o segurado precise sair de casa. Portanto, deverá enviar servidores ou acionar entidades conveniadas, entre elas os bancos responsáveis por efetuar os pagamentos. Quanto aos

atendimentos presenciais, eles continuarão a poder ser feitos nas agências e instituições financeiras, como era antes. Os servidores não poderão se recusar a realizar o serviço.

Além disso, ficou estabelecido que as provas de vida estão suspensas até a implementação completa do novo sistema, cujo prazo é 31 de dezembro deste ano. Até lá, os benefícios não poderão ser cortados.

Entenda questionamentos sobre relação de Moro com consultoria



COMO CHEGAMOS AQUI?

Uma investigação iniciada há um ano pelo Tribunal de Contas da União criou desgaste para o ex-juiz Sérgio Moro no momento em que ele dá os primeiros passos para viabilizar sua candidatura à Presidência da República, lançando dúvidas sobre sua relação com a consultoria americana Alvarez Marsal. O ex-juiz considera o processo abusivo, mas decidiu divulgar seus rendimentos no último dia 28 e expôs os ganhos milionários que obteve no setor privado após deixar o ministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro. Perguntas sobre os clientes para quem trabalhou e vantagens tributárias que o beneficiaram continuam sem resposta.

O que a Alvarez Marsal faz? Com sede nos Estados Unidos e escritórios em 28 países, a A M é uma consultoria de gestão empresarial que se destacou ajudando a reestruturar companhias em dificuldades financeiras. A empresa começou a atuar no mercado brasileiro em 2004.

Nos últimos anos, ela foi nomeada no Brasil por diferentes juizes para administrar os processos de recuperação judicial de empresas atingidas pelas investigações da Lava Jato, incluindo a Novonor, que controla os negócios da família Odebrecht, e as empreiteiras OAS e Galvão Engenharia.

Seu papel como administradora judicial é fiscalizar a empresa e monitorar a execução do seu plano de recuperação, assessorando o juiz do caso e zelando

pelos interesses dos credores. Sua remuneração é fixada com um percentual das dívidas em cada processo, no máximo 5%.

A consultoria informou ao Tribunal de Contas da União que faturou R\$ 65 milhões com essas empresas nos últimos anos, o equivalente a 78% do total de honorários que recebeu como administradora de processos de recuperação judicial e falência no país desde 2014, quando a Lava Jato começou.

O que Sérgio Moro foi fazer na Alvarez Marsal?

Em novembro de 2020, a consultoria anunciou a contratação do ex-juiz para atuar na área de disputas empresariais e investigações internas, ao lado de uma equipe global que incluía ex-procuradores e outros ex-funcionários americanos e britânicos.

"Ingresso nos quadros da renomada empresa de consultoria internacional Alvarez Marsal para ajudar as empresas a fazer a coisa certa, com políticas de integridade e anticorrupção", disse Sérgio Moro ao anunciar a novidade. "Não é advocacia, nem atuarei em casos de potencial conflito de interesses." Responsável pelas ações da Lava Jato em Curitiba, Moro abandonou a magistratura em 2018 para ser ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro. Ele se demitiu em 2020 e rompeu com o presidente, que acusou de tentar interferir na Polícia Federal para proteger sua família contra investigações.

Por que a contratação de Moro causou controvérsia?

Críticos do ex-juiz culpam a Operação Lava Jato pela ruína de grupos como a Odebrecht e o acusaram de buscar enriquecimento pessoal trabalhando para uma empresa americana que agora lucra com as dificuldades das companhias investigadas.

Moro disse que precisava trabalhar para sustentar sua família após deixar o governo Bolsonaro. Em várias entrevistas, ele apresentou o trabalho para a Alvarez Marsal como continuidade de sua atuação na Lava Jato, defendendo a adoção de controles internos mais rigorosos nas empresas.

O ex-juiz entrou na Alvarez Marsal após cumprir a quarentena de seis meses imposta pela legislação brasileira a ex-ocupantes de cargos públicos e se

desligou da consultoria um ano depois. Em novembro, ele se filiou ao Podemos para se lançar como candidato a presidente nas eleições deste ano.

Havia risco de conflito de interesses?

Uma cláusula do contrato de Moro com a Alvarez Marsal estabelecia que ele não poderia fornecer aos clientes da consultoria informações confidenciais que detivesse por causa de sua passagem pelo governo ou sua atuação como juiz em Curitiba.

Além disso, a cláusula impedia Moro de prestar serviços de qualquer natureza para a Odebrecht e outros clientes da A M que pudessem gerar conflito com decisões que tomou como juiz no passado. Segundo Moro, a menção à Odebrecht na cláusula foi uma exigência sua nas discussões do contrato.

A Alvarez Marsal mantém empresas separadas para as várias áreas em que oferece serviços e afirma que assim evita conflitos de interesse. A unidade para a qual Moro trabalhou, voltada para disputas e investigações, é separada da administradora judicial e das outras empresas do grupo.

Que clientes Moro atendeu enquanto trabalhou para a Alvarez Marsal?

O ex-juiz e a consultoria não revelam os clientes para os quais ele prestou serviços, alegando que os contratos têm cláusulas de confidencialidade que precisam ser respeitadas da mesma forma por quem já deixou a empresa.

Antes de entrar na Alvarez Marsal, Moro fez um parecer jurídico para o israelense Benjamin Steinmetz, ex-sócio da mineradora Vale que tem uma disputa com a empresa por causa de um projeto na Guiné. O ex-juiz recebeu R\$ 200 mil pelo trabalho, contratado por um escritório de advocacia.

Quanto ele ganhou da A M? Moro disse que acertou com a Alvarez Marsal um salário bruto de US\$ 45 mil por mês, equivalente a R\$243 mil hoje. Além disso, recebeu US\$ 150 mil como bônus de contratação, um tipo de incentivo comum no mercado. A cifra corresponde hoje a R\$ 809 mil.

A consultoria informou que pagou a Sérgio Moro, por 11 meses de trabalho, US\$ 656 mil em valores brutos, equivalentes a R\$ 3,5 milhões pela cotação atual do dólar. O ex-juiz disse ter devolvido parte do bônus, R\$ 67 mil, por ter deixado a empresa antes do prazo previsto em seu contrato, de dois anos.

Como os rendimentos de Moro foram pagos?

Segundo a Alvarez Marsal, o ex-juiz recebeu 65% dos rendimentos no Brasil, por meio de uma empresa de consultoria que ele criou quando ainda estava na quarentena, a Moro Consultoria e Assessoria em Gestão Empresarial de Riscos Ltda.

Em ofício enviado à Justiça de São Paulo no ano passado, a A M explicou que Moro foi contratado inicialmente como pessoa jurídica no Brasil porque só poderia ser contratado como funcionário nos Estados Unidos após conseguir visto de trabalho como estrangeiro, o que ele levou meses para obter.

Na semana passada, a Alvarez Marsal informou ao TCU que o contrato com a consultoria do ex-juiz no Brasil foi assinado em 23 de novembro de 2020 e vigorou até 2 de junho do ano passado. O contrato como empregado nos EUA foi assinado em 7 de abril e encerrado em 26 de outubro.

Moro pagou impostos?

Sim, como pessoa jurídica no Brasil e como pessoa física nos Estados Unidos, de acordo com duas notas fiscais e dois contracheques que ele exibiu ao revelar seus ganhos. Embora tenha recebido a maior parte dos rendimentos no Brasil, o ex-juiz recolheu mais impostos nos EUA.

Segundo as notas fiscais, a Alvarez Marsal e a empresa de consultoria de Moro recolheram tributos equivalentes a 19% dos valores brutos pagos no Brasil, porcentual típico para prestadores de serviço como ele. Nos Estados Unidos, o imposto de renda e outros tributos comeram 46% dos salários de Moro.

Pode-se estimar que ele tenha ficado com US\$ 470 mil dos US\$ 656 mil pagos pela consultoria americana, ou R\$ 2,5 milhões, após o recolhimento dos impostos. Os documentos divulgados indicam que Moro e sua empresa pagaram cerca de R\$ 1 milhão em tributos, dos quais 56% ficaram nos Estados Unidos.

Sérgio Moro teve alguma vantagem com isso?

Ao ser contratado inicialmente como pessoa jurídica e receber a maior parte dos rendimentos por meio de sua empresa no Brasil, Moro recolheu menos impostos do que teria pago se tivesse sido contratado nos Estados Unidos desde o início ou como um funcionário comum no Brasil.

Se tivesse sido contratado como pessoa física no Brasil, com carteira de trabalho assinada, ele teria que pagar 27,5% de Imposto de Renda e contribuir com a Previdência Social. Além disso, a Alvarez Marsal teria que contribuir com a Previdência e pagar outros encargos trabalhistas.

sanções na área tributária. Ricardo Balthazar

A opção pela contratação de altos executivos como pessoas jurídicas é comum no mercado, por causa das vantagens que a legislação brasileira oferece para os dois lados nesses casos. Os dividendos recebidos por Sérgio Moro de sua empresa de consultoria são isentos do pagamento de Imposto de Renda.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49811&anchor=6449524&pd=317579984307c6b9a754a0457a43c8ea>

O ex-juiz morou nos Estados Unidos nos meses em que trabalhou para a A M, mas manteve domicílio tributário no Brasil e continua obrigado a prestar contas à **Receita Federal**. O imposto pago nos Estados Unidos poderá ser compensado se ele tiver outros rendimentos tributáveis a declarar no Brasil neste ano.

O que o Tribunal de Contas da União tem a ver com a contratação de Moro?

Em fevereiro do ano passado, a pedido do Ministério Público junto ao TCU, o ministro Bruno Dantas mandou abrir uma investigação sobre a relação de Moro com a Alvarez Marsal, para examinar a hipótese de conflito de interesses.

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, autor da representação que levou à abertura da investigação pelo TCU, justificou o pedido argumentando que a derrocada de empresas como a Odebrecht criara risco de prejuízos para os cofres públicos e por isso a atuação de Moro deveria ser examinada.

A área técnica do órgão de controle se manifestou contra a investigação após uma análise preliminar, mas Bruno Dantas decidiu aprofundá-la em dezembro, requisitando da Alvarez Marsal informações detalhadas sobre a contratação de Sérgio Moro e os valores pagos ao ex-juiz por seus serviços.

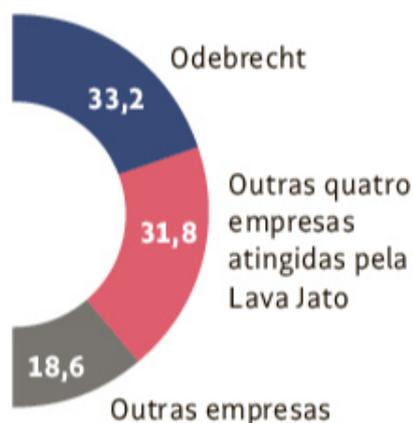
Após Moro divulgar seus ganhos com a Alvarez Marsal, o procurador Lucas Furtado concluiu que as informações divulgadas por ele e pela empresa afastavam a hipótese de conflito de interesses e pediu o arquivamento das investigações no TCU. Bruno Dantas ainda não se pronunciou sobre esse pedido.

Furtado sugeriu também que as informações colhidas pelo órgão de controle sejam encaminhadas à **Receita Federal** para análise. Especialistas consultados pela Folha disseram que Moro e a Alvarez Marsal podem ter problemas com o fisco por causa da maneira como ele foi contratado.

Se a Receita entender que havia vínculo empregatício na relação de Moro com a consultoria desde o início e ele foi contratado como pessoa jurídica com o objetivo de reduzir **tributos** a serem recolhidos no Brasil, o ex-juiz e a consultoria americana poderão ser alvo de

Quanto a Alvarez & Marsal ganhou

De empresas em processo de recuperação judicial ou falência, em R\$ milhões, entre 2014 e 2021

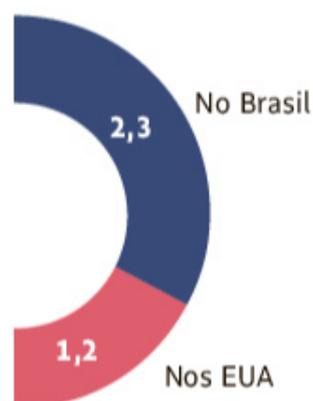


R\$ 83,5 milhões
é o total

Fonte: Alvarez & Marsal

Quanto Sergio Moro ganhou

Da Alvarez & Marsal, em R\$ milhões, em valores brutos*



R\$ 3,5 milhões
é o total

* Valores convertidos pela cotação do dólar em 28.jan
Fontes: Alvarez & Marsal, Banco Central

Negociação em tomo de vetos é retomada

Renan Truffi, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Pandemia faz número de pensões por morte subir 43%

Economia

/
Ana Vinhas, do R7

O impacto da pandemia de Covid-19 na **Previdência Social** fez o número de pensões por morte disparar em um ano. Segundo dados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), foram concedidos 596.313 benefícios em 2021 ante 416.341 em 2020, o que equivale a um aumento de 43,2%. No período pré-pandemia, as concessões por morte chegaram a 428.512, em 2019.

O instituto afirma que não é possível fornecer informação sobre a causa de morte de cada benefício. Mas a Covid-19 já havia passado a ser o principal motivo de afastamento dos profissionais no trabalho desde o primeiro trimestre de 2021.

De janeiro a dezembro de 2021, foram concedidos 98.787 benefícios por incapacidade, o antigo auxílio-doença, por causa de infecção por coronavírus, ante 37.045 de abril a dezembro de 2020, um aumento de 166%.

"O aumento do percentual se deve significativamente ao período pandêmico. Mais de 600 mil óbitos geraram por consequência o aumento do número de pensões. O aumento não é culpa do **INSS**, mas da situação extraordinária que vivemos nestes dois anos", afirma a advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

A especialista em previdência afirma que, apesar do efeito Covid-19 nas pensões por morte, o benefício já havia sido o mais afetado pela reforma de 2019. "A Previdência é um dos pilares da **seguridade social** e foi criada para proteger os beneficiários em situação de incapacidade ou insuficiente de renda. O impacto das pensões foi significativo, mas ao mesmo tempo foi um dos benefícios mais afetados pela reforma, com a redução do valor do benefício", avalia Adriane.

Nesta quinta-feira (3) foram registradas 1.041 novas mortes por Covid-19, o número mais alto em um único dia desde 18 de agosto do ano passado. O Brasil acumula 630.001 óbitos por Covid-19 desde o início da

pandemia. O país também registrou um novo recorde de Covid-19, com 298.408 novos casos, elevando o total de infecções confirmadas para 26.091.520, informou o Ministério da Saúde.

Para o advogado João Badari, especialista em direito previdenciário do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, a alta do número também pode ser entendida por causa das sequelas da doença. "O aumento de pensões por morte já era esperado em função da Covid-19. Não só das pessoas que foram internadas e morreram, mas também aquelas que ficaram com sequelas e vieram a falecer depois", avalia.

O advogado também alerta para a necessidade de que, no momento difícil da perda, as pessoas fiquem atentas aos cálculos de pensão por morte. Até mesmo aqueles que pediram e o **INSS** negou podem entrar com recurso administrativo ou com ação na Justiça.

Sobre o cálculo, o advogado explica que existe uma revisão judicial que ainda é uma tese, mas com precedente, que pede para revisar essas pensões, já que os benefícios após 13 de novembro de 2019, com a reformada da Previdência, têm quatro redutores.

"Pode caber revisão da pensão por morte se a pessoa não era ainda aposentada, ou se já era e tinha menos de dez anos de aposentadoria, se trabalhou em insalubridade e o **INSS** não considerou. Erros de divergências no **CNIS** (Cadastro Nacional de Informação Social)", orienta Badari.

O valor da pensão por morte pode variar de um salário mínimo (R\$ 1.212) ao teto do **INSS** (R\$ 7.087,22), dependendo do salário de contribuição e do tempo de contribuição do segurado.

O cálculo prevê o pagamento de 60% do salário mais 2% a cada ano contribuído a partir do 15º ano de contribuição para mulheres e do 20º ano para os homens. Com 40 anos de contribuição para homens e 35 para mulheres, o valor atinge 100% do salário. Deve ser considerado todo salário de contribuição a partir de julho de 1994, que é o início do Plano Real.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/pandemia-faz-numero-de-pensoes-por-morte-subir-43-04022022>

Governo estuda elevar benefícios



Fernanda Strickland

O governo estuda a possibilidade de aumentar o valor de benefícios pagos aos servidores, como vale alimentação, em vez de conceder reajuste salarial, como a categoria reivindica. A medida é vista como uma forma de apagar o ímpeto do movimento da categoria por correção dos vencimentos, e considerada uma alternativa de custo reduzido, se comparada ao impacto que a correção dos salários teria nas contas da União. Dirigentes de entidades representativas do funcionalismo, no entanto, rechaçam a ideia.

Os cálculos da área econômica apontam que cada 1% de reajuste concedido a servidores eleva os gastos federais em pelo menos R\$ 3 bilhões. O problema é que a verba disponível para correções salariais no Orçamento de 2022 é de somente R\$ 1,7 bilhão, suficiente apenas para um reajuste linear de 0,5% no contracheque dos servidores. Uma oferta desse tipo seria recebida como ofensiva pelos funcionários. Já os benefícios, de acordo com fontes que tiveram acesso aos estudos, por serem de valor menor, podem ter um

percentual de reajuste mais robusto. Procurado, o Ministério da Economia não quis fazer comentários.

O auxílio-alimentação é de R\$ 458 mensais para os servidores ativos do Poder Executivo. Há, ainda, outros tipos de benefício. Servidores com filhos de até seis anos de idade, por exemplo, têm direito a receber auxílio pré-escolar de até R\$ 321 mensais.

Para representantes de entidades sindicais dos servidores, a possibilidade de aceitar apenas correções nos benefícios em vez de reajustes nos salários está fora de cogitação. "Temos que recompor as perdas inflacionárias, ao menos em parte, que já passam de 28% desde o último aumento", disse o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, um dos líderes do movimento por atualização dos salários do funcionalismo. Além disso, ele observou que mais da metade dos servidores são aposentados, que não recebem esses benefícios, e, portanto, ficariam de fora de qualquer ganho nos vencimentos.

Para Sérgio Ronaldo da Silva, coordenador do Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe), o governo "está achando que está em um pesque pague". "Ele está jogando seu anzol em águas turvas, porque todo dia sai com uma ideia assim, testando o conjunto dos servidores pra ver qual é a onda em que o servidor vai embarcar com a sua prancha de surfe." O coordenador do Fonasefe declarou que é preciso que o governo dê tratamento isonômico para o conjunto dos 1,2 milhão de servidores. "Que ele instale uma mesa de negociação, coloque os nossos pontos, nossos pleitos na mesa e que nos dê uma resposta oficial", disse. "Não que fique nos testando. Estamos unidos", afirmou.

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro havia acenado um reajuste apenas para os policiais. Nesse caso, a verba existente no orçamento deste ano seria suficiente. A promessa do presidente, no entanto, deflagrou a mobilização das demais categorias por correção geral de salários. A última vez que o governo concedeu um reajuste generalizado ao funcionalismo foi em 2017. Em janeiro, Bolsonaro declarou que o aumento aos policiais estava suspenso. Desde então, ele tem pisado na tecla de que não há espaço no Orçamento para corrigir a folha de pagamento do governo.

Mais recentemente, o ministro da Economia, Paulo

Guedes, argumentou que o país ainda enfrenta os efeitos da pandemia de covid-19 e que os **servidores públicos** não perderam emprego ou renda, como aconteceu com os trabalhadores da iniciativa privada.

Segundo Sérgio Ronaldo da Silva, o governo está testando possibilidades para poder sair da encrenca que se meteu. "Ele poderia já ter resolvido a situação ao mandar a proposta da Lei Orçamentária ao Congresso. Mas preferiu criar essa encrenca. Então ele, agora, vai ter que se virar", afirmou.

Um ministério-tampão a vista



Bolsonaro se reuniu em Porto Velho com o presidente do Peru, Pedro Castillo, para discutir acordos de cooperação técnica e humanitária

“ Não tem nada discutido com ninguém [sobre quem assumirá], afinal de contas para evitar ciúmeira. Dia 31 de março tem um pacotão”

■ Jair Bolsonaro, presidente do República

Cristiane Norberto e Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse, ontem, que vai mudar, no fim de março, parte expressiva do comando do seu ministério devido à disputa por cargos nas eleições de outubro. Ao menos 11 dos 23 ministros deixarão suas pastas para disputarem mandatos. Segundo Bolsonaro, os nomes de quem vai sair serão conhecidos por meio da edição do Diário Oficial da União de 31 de março. A **reforma ministerial** foi tratada pelo presidente em visita a Porto Velho (RO), onde ele cumpriu agenda com o colega peruano, Pedro Castillo. Bolsonaro aproveitou para justificar os gastos debitados no cartão corporativo da Presidência como fruto de um número maior de viagens do que as de seus antecessores.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, confirmou, também ontem, que vai se candidatar ao governo de São Paulo. Ele deixará a pasta em março. "Não temos ainda nome de senador, não temos ainda nome de vice, ainda vamos montar chapa. Isso depende de uma série de coisas", disse, durante entrevista à rede de TV BandNews.

Ao comentar a reforma de seu ministério, Bolsonaro se referiu a um "pacotão" de trocas "tampão". "Temos previstos no momento 11 ministros para disputar eleições, obviamente teremos ministérios-tampão. Não tem nada discutido com ninguém [sobre quem assumirá], afinal de contas para evitar ciúmeira. Dia 31 de março tem um pacotão: 11 saem e 11 entram. Da minha parte, vocês só vão saber via Diário Oficial da União", disse Bolsonaro em entrevista à imprensa.

O chefe do Executivo também foi questionado sobre a

possibilidade de escolher algum representante de Rondônia para assumir algum ministério e respondeu que poderia acertar. "Tenho profundo apreço pelo Rogério. Podemos conversar", disse, em referência ao senador Marcos Rogério (DEM-RO), cotado para assumir a Secretaria de Governo, atualmente comandada pela ministra Flávia Arruda (PL-DF), que pretende concorrer ao mandato de senadora.

Marcos Rogério é um dos maiores defensores do presidente e teve forte atuação a favor do governo na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID no Senado. A reportagem entrou em contato com o parlamentar, mas não teve retorno até o fechamento desta edição. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o nome cotado para a troca de comando é o do deputado Marcos Mendes (PSD-MG), que desempenha a função de secretário-executivo da pasta. A ministra Tereza Cristina deve deixar o posto em abril para concorrer a um mandato no Senado. Nas demais pastas, a ideia é que os secretários-executivos também assumam os cargos. Interlocutores do presidente apostam em nomes mais técnicos para as áreas.

RESTRITÕES Em ano de eleições, os suplentes dos ministros devem respeitar algumas restrições impostas pela lei eleitoral. De junho a setembro, por exemplo, não poderá haver envio voluntário de dinheiro da União para estados e municípios. Será permitido repassar apenas os "recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender às situações de emergência e de calamidade pública", de acordo com a lei.

Outro ponto é não poderá haver atrelamento da distribuição de recursos federais destinados a programas sociais a candidatos, partidos ou coligações, durante os três meses antes do pleito. Os substitutos nos ministérios também não poderão nomear, contratar ou demitir sem justa causa, transferir ou remover **servidores públicos**, no mesmo período. Apesar do anúncio de Bolsonaro sobre a **reforma ministerial**, ao menos 13 chefes de pastas devem deixar o governo para se candidatar a algum cargo no pleito de 2022. Os ministros devem deixar seus postos em breve. A lei determina que autoridades do Executivo deixem os respectivos cargos até seis meses antes das eleições.

No encontro em Porto Velho, de acordo com o

Ministério de Relações Exteriores, Bolsonaro e o presidente do Peru, Pedro Castillo, discutiram questões relacionadas ao comércio bilateral, acesso a mercados, integração física, cooperação fronteiriça, em defesa e segurança. Além disso, a agenda incluiu cooperação técnica e humanitária e combate à pandemia de COVID-19.

DESPESA Bolsonaro tentou justificar, ainda ontem, os gastos com o cartão corporativo da Presidência, afirmando que os débitos são referentes às viagens realizadas por ele. "O meu gasto, como eu estou aqui hoje, tem despesa com cartão corporativo. Quando eu estive no Suriname, tem despesa. Eu viajo, diferentemente dos outros, que não tinham que viajar porque não tinham o que fazer. No meu cartão pessoal corporativo, o gasto é zero", afirmou a jornalistas em Porto Velho (RO).

O presidente afirmou, ainda, que não utiliza o cartão pessoal para mostrar "exemplo" e que poderia, inclusive, ter aposentadoria da Câmara dos Deputados. "Eu podia ter gastado R\$ 24 mil por mês, não gasto. Poderia ter pego aposentadoria da Câmara de R\$ 30 mil, não peguei. Desliguei aquecedor do Palácio. Isso tudo para dar exemplo", sustentou.

O chefe do Executivo teria usado R\$ 29,6 milhões no cartão corporativo no ano passado. O valor é cerca de 18% superior aos gastos nos governos da ex-presidente Dilma Rousseff e Michel **Temer**. O Tribunal de Contas da União (TCU) vai abrir investigação para apurar as despesas.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/02/2022/p1>

Reforma é consenso entre assessores de pré-candidatos



Elena Landau, que foi diretora de desestatização do BNDES e estará na campanha de Simone Tebet. Karime Xavier - 5.dez.19/Folhapress

Fábio Pupo Brasília

Apesar da controvérsia levantada pelo PT em torno das mudanças trabalhistas no governo **Temer**, os assessores econômicos dos principais candidatos à Presidência da República -de esquerda e direita- concordam sobre a necessidade de o eleito em 2022 implementar reformas.

Em entrevistas à Folha, os assessores dos pré-candidatos mencionam principalmente as reformas tributária e administrativa e mencionam como objetivos o corte de gastos, a simplificação do arcabouço legal brasileiro e o estímulo ao investimento privado.

Mesmo no PT -que falou recentemente em rever as alterações trabalhistas do governo Michel **Temer** e se posiciona contra a reforma administrativa apresentada pelo governo Jair Bolsonaro-, são defendidas mudanças nas regras do funcionalismo para cortar custos com salários de servidores.

"Após a Previdência, a maior despesa federal é folha de pagamento. Então o próximo governo terá de fazer uma reforma administrativa para os novos ingressantes", diz Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda (no fim do governo Dilma Rousseff) e integrante do grupo de assessores econômicos do pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Barbosa, que também é colunista da Folha, defende que a reforma administrativa não precisa mexer com os direitos dos atuais servidores.

"Como a taxa de renovação vai estar alta, com muitos perto da aposentadoria, em quatro ou cinco anos essas regras estarão valendo para a maioria dos servidores", diz.

O objetivo da reforma seria baixar os salários de entrada no serviço público e prolongar o tempo de progressão na carreira. Já discussões sobre a estabilidade no emprego não entrariam na pauta.

"O [atual] governo começou a discussão pela estabilidade do servidor público, e isso travou a reforma", afirma.

"Tem que ter estabilidade, do contrário vai ter interferência política [na seleção dos servidores], vai ter rachadinha [prática criminosa em que funcionários públicos entregam parte de seus salários aos superiores]", afirma Barbosa.

A **reforma tributária** também é vista como uma prioridade pelo economista do PT, que defende um ajuste fiscal que considere também o lado das receitas públicas -mas de forma gradual.

"Sem reinventar a roda, a história econômica mostra que ajustes bem-sucedidos distribuem os valores entre receitas e despesas"; diz. "Só que o governo [atual] quer fazer isso na canetada, de uma hora para a outra. Os ricos podem pagar mais, mas isso não pode ser feito de maneira imediata. Tem de ser uma implementação gradual", afirma.

O ministro Paulo Guedes (Economia), que ainda não foi confirmado como assessor da campanha de Bolsonaro, tem persistido na agenda de reformas - como a tributária e a administrativa, além das privatizações. Para ele, o presidente tem de insistir na pauta para se diferenciar dos rivais e ganhar votos.

"Se a gente não privatiza, não vende, as pessoas vão pensar 'em quem vamos votar, [se for] para ficar tudo parado, do jeito que era, estatal, tudo igualzinho como sempre foi?'" , disse Guedes no mês passado.

"Temos de girar, temos de seguir nossa agenda",

afirmou o ministro.

Affonso Celso Pastore, economista do pré-candidato Sergio Moro (Podemos), afirma que as reformas são necessárias para cortar gastos e acelerar a atividade econômica. Ele cita especificamente a **reforma tributária**.

"A retomada do crescimento exige um amplo programa de reformas que incluem, entre outras, a tributação de bens e serviços e o Imposto de Renda", afirma Pastore.

Em sua visão, a reforma deve eliminar distorções importantes -como a guerra fiscal entre os estados e a penalização às exportações de manufaturados por causa da incapacidade de recuperar créditos tributários.

"A **reforma tributária** mais importante é a que unifica todos os **impostos** sobre bens e serviços na forma proposta pela PEC [proposta de emenda à Constituição] 45, em tramitação na Câmara", afirma.

Mauro Benevides, economista que assessora o pré-candidato Ciro Gomes (PDT), diz que a primeira reforma a ser buscada é a tributária.

Ele defende criar mais faixas no Imposto de Renda para tributar os mais ricos, medidas para evitar a pejetização, elevar a taxação sobre heranças e se voltar mais ao patrimônio -inclusive no exterior.

"Você acha justo um carro pagar IPVA e um avião ou um helicóptero não? Você tem de ter alteração no patrimônio", afirma.

Henrique Meirelles, assessor econômico do pré-candidato João Doria (PSDB), apresenta um programa liberal similar ao apresentado por Guedes na campanha de 2018.

Meirelles quer implementar as reformas administrativa e tributária, além de pregar desinvestimento de estatais, concessões de infraestrutura à iniciativa privada e a abertura gradual da economia.

"No estado de São Paulo, fizemos reforma administrativa e temos daqui até o final de 2022 R\$ 50 bilhões em caixa para investir. Se fizer [no âmbito federal] uma reforma administrativa como aqui, onde fechamos cinco empresas estatais com corte de despesas, isso já gera efeitos no ano seguinte", afirma.

"Após a Previdência, a maior despesa federal é folha de pagamento. Então o próximo governo terá de fazer uma reforma administrativa para os novos

ingressantes" Nelson Barbosa integrante do grupo de assessores econômicos de Lula

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49811>

Petrobras no alvo dos estados



CAROLINA ANTUNES/PR - 8/5/19

Junto a 20 governadores, Wellington Dias, do Piauí, é o porta-voz de pressão por nova política

Gabriela Bernardes

Governadores de 21 estados se reuniram, ontem, para discutir a tributação sobre os combustíveis e a proposta da criação de um fundo de estabilização de preços durante o Fórum Nacional dos Governadores, no Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal (GDF). No evento, os mandatários decidiram, por unanimidade, apoiar um projeto de lei para amortização do valor na bomba.

No fim do ano passado, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que muda o cálculo do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre a gasolina e o álcool. Relatada pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), a proposta muda a taxa para um valor fixo em reais por unidade, em vez de um percentual sobre o preço. Na prática, os estados perderiam com a arrecadação. Por isso, os governadores estavam trabalhando para modificar a proposta, que se encontra em análise no Senado.

Jean Prates explicou, na reunião, como funciona o pacote legislativo que ele está relatando no Congresso. "No preço de referência, estamos instituindo a conta de compensação que garante ao produtor, ao originador de produtos - seja ele uma refinaria, ou um importador - um preço de mercado internacional, preço que está sendo praticado para eles hoje no Brasil, da mesma forma que, para o consumidor final, esse preço não chegaria com o impacto que está chegando hoje, que é o que está doendo", disse.

O parlamentar destacou que a intenção foi criar um "colchão de amortecimento" alimentado por receitas

excepcionalmente auferidas pelo governo federal durante o período de alta de preços e justamente em função do preço alto do petróleo e do dólar. Na prática, o projeto cria um fundo - que o senador apelidou de "colchão de amortecimento"- para amortizar o preço do insumo, alimentado pelo excedente dos royalties gerados na venda do produto.

O petista afirmou que sua proposta também trabalha na inserção da componente de custos nacionais de produção de petróleo, dentro da política de preços. "E com os governadores, nós estamos trabalhando a questão do ICMS, o imposto principal para arrecadação dos estados, mas que pode ser trabalhado na forma de alíquota, na forma de aplicação e na convergência para uma **reforma tributária** que está em curso também no Congresso", afirmou Prates. Segundo ele, os governadores sinalizaram positivamente para discutir a proposta na **reforma tributária**.

"LUCRO EXCESSIVO" O governador do Piauí, Wellington Dias, reclamou do que considera ser "lucro extraordinário" em função da alta dos preços dos combustíveis. "Esse projeto tem a vantagem de garantir uma fonte que não desequilibra receitas da União, de estados e municípios, visto que os recursos nascem do próprio problema: o lucro extraordinário decorrente da alta do preço dos combustíveis", destacou.

A cobrança do ICMS sobre combustíveis está congelada desde outubro, medida que deve ser mantida até 31 de março. O preço da gasolina registrou elevação de 47,49%, em média, no Brasil, ao longo do ano passado, e o reajuste do preço do etanol atingiu a média de 62,23%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Carta defendendo o congelamento do imposto sobre os combustíveis foi assinada por 21 governadores. No documento, eles pedem a revisão da política de paridade internacional de preços dos combustíveis, já que os reajustes frequentes ultrapassaram a **inflação** medida no Brasil, de 10,06%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

"Nós, governadores do Brasil, temos uma responsabilidade tanto com o social, quanto com o econômico. Sabemos o impacto que tem a subida do preço dos combustíveis. Quando sobe o preço da gasolina e do óleo diesel, não só impacta na **inflação**, mas mexe diretamente no bolso das pessoas, de

quem vai ter que colocar a gasolina na sua motocicleta, no ônibus ou no caminhão", disse Wellington Dias.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/02/2022/p1>

Ala política age para desonerar gasolina

*Raphael Di Cunto, Andréa Jubé, Lu Aiko Otta, Vandson
Lima, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187132?page=16§ion=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1)

Site:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187132?page=16§ion=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1)

Centrão dribla Guedes e Senado para tentar baixar preço de combustíveis

Luciana Amaral e Carla Araújo

Sob pressão em um ano eleitoral e em busca de protagonismo, o centrão driblou o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o Senado para tentar baixar o preço de combustíveis com a circulação de uma nova PEC (Proposta de Emenda à Constituição) sobre o tema nesta quinta-feira (3).

Segundo o UOL apurou, o texto para a redução de **tributos** sobre combustíveis teve a benção do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), e o empenho do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que não queria deixar com o Senado todo o protagonismo da pauta.

O texto conta com digitais da Casa Civil no documento oficial, segundo o jornal Valor Econômico.

Nogueira e Lira são considerados os líderes informais do centrão, atual base de sustentação do governo no Congresso. Até mesmo o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), teria ficado de fora das tratativas, de acordo com relato à reportagem.

Os dois caciques do PP articularam com um correligionário, deputado Christino Áureo (PP-RJ), para que ele fosse o autor da PEC, em uma iniciativa que auxiliares do governo e políticos ouvidos pela reportagem consideram uma feira de vaidades.

Para se ter ideia, Paulo Guedes foi surpreendido pela publicação da nova PEC na imprensa durante viagem a São Paulo, e a equipe econômica já vê o texto como inviável financeiramente, segundo apuração do UOL. Os cálculos da equipe econômica preveem que o custo fiscal da nova PEC pode chegar a R\$ 75 bilhões.

Políticos vinham reclamando da alta dos preços dos combustíveis e dizendo tratar o tema como prioridade. Eles sabem que a população está insatisfeita com os preços cada vez mais altos nas bombas dos postos e que isso deve respingar neles nas eleições de outubro se alguma providência não for tomada.

Entraram no debate no Palácio do Planalto, o Ministério da Economia, governadores e o Congresso Nacional, mas de forma difusa, sem uma liderança para tratar o tema.

Na sessão de abertura do ano legislativo, na quarta (2), Arthur Lira então resolveu reforçar o recado de que não se pode protelar indefinidamente o assunto e que a Câmara está aberta a discutir uma solução conjunta.

O Senado já discute a possibilidade de tocar outros dois textos de forma independente, na tentativa de baixar os preços dos combustíveis. Mas ambos são encampados principalmente pela oposição, o que desagradou o governo e o centrão. Os governadores tendem a apoiar um desses projetos no Senado que cria um fundo para tentar estabilizar os preços. Só que essa opção já havia sido descartada pela equipe econômica.

Há quem reclame também da suposta vagareza do Senado para tocar o tema. Em reunião de líderes da Casa nesta quinta, por exemplo, ficou decidido que haverá nova reunião para discutir a questão. Um líder governista ouvido pela reportagem defendeu ser natural não haver um consenso ainda, posto que os trabalhos no Congresso após o recesso voltaram somente nesta semana.

Além disso, líderes do Parlamento já vinham conversando com Paulo Guedes. Quando o ministro começou a estimar o impacto das propostas para baixar os preços dos combustíveis, sugeriu medidas menores e pontuais, e chegou a ouvir de Lira que ele se comprometeria a adotar propostas mais cautelosas do ponto de vista fiscal.

Mas, no final das contas, ninguém até agora surgiu com uma solução, muito menos consenso, para o problema da alta dos combustíveis.

Guedes chegou a convencer o presidente Jair Bolsonaro (PL) que o Congresso tinha que fazer com que os governadores também pagassem essa conta. Bolsonaro então concordou em desistir, em tese, das duas propostas em tramitação no Senado. Mas, ao mesmo tempo, o presidente não se opôs à iniciativa de redução de **tributos** prevista na PEC capitaneada pelo ministro Ciro Nogueira.

A versão da PEC que circulou em Brasília foi classificada por um integrante da equipe de Guedes de fim dos tempos.

Fontes do governo dizem que o presidente Bolsonaro vai apoiar qualquer iniciativa que lhe dê algum discurso positivo sobre o preço dos combustíveis e que, para ele, pouco importa por onde a matéria vai começar a tramitar. O importante é buscar alguma melhora na opinião pública e nas pesquisas de intenção de voto relativas à disputa pelo Planalto.

Por conta das trapalhadas nas negociações, auxiliares de Bolsonaro admitem que o futuro da PEC é bastante duvidoso. Por enquanto, não se sabe ainda se essa nova PEC vai vingar no Congresso, mas deputados aliados apostam que Nogueira e Lira não arriscariam o cacife político deles à toa. Mesmo que consigam aprovar a matéria na Câmara, o destino dela pode ser ficar parada no Senado.

A ideia de tratar o tema por meio de uma PEC foi criada na Casa Civil, por Ciro Nogueira, no início de janeiro. Senador licenciado, Nogueira convenceu o presidente Bolsonaro que agradar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), poderia ajudar a destravar matérias de interesse do governo na Casa, como a **reforma tributária**.

Cotado como pré-candidato do PSD à presidência da República, Pacheco é tido como adversário de Bolsonaro, embora as discórdias não sejam tão explícitas entre os dois.

As articulações envolveram até mesmo um convite para que o senador Alexandre Silveira (PSD-MG) -que ficou no lugar de Antonio Anastasia (PSD-MG)- assumisse a liderança do governo no Senado e tomasse a frente da negociação da PEC. Mas o presidente do PSD, Gilberto Kassab, barrou a associação de seu correligionário ao governo, até o momento. Além disso, não havia consenso sobre o conteúdo do que viria a ser o texto da PEC. Tanto que o governo tentou resolver o problema do preço dos combustíveis por meio de um projeto de lei- mais simples de ser aprovado no Congresso.

Diante da falta de consenso e de iniciativas, Nogueira contou com Lira -aliado do governo federal, que durante todo o ano passado disputou protagonismo com Pacheco.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/04/politicos-dizem-priorizar-baixar-preco-de-combustiveis-ninguem-tem-solucao.htm>

Ano eleitoral é a pior hora para discutir redução de imposto de combustível, diz especialista

Francisco Carlos de Assis

Especialista em energia, com longa passagem pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o economista Adriano Pires avalia que o debate sobre a redução dos **impostos** sobre combustíveis ocorre em um momento inapropriado, com a proximidade das eleições.

A expectativa é de que parte dos governadores deve apoiar o projeto em discussão no Senado, que força uma mudança na política de preços da Petrobras e prevê uma conta de compensação para amenizar os preços do combustível, com uso de dividendos da estatal e a criação de um imposto sobre exportação de petróleo.

Segundo Pires, o ano eleitoral é a pior hora para se discutir redução de imposto de combustível. A iniciativa do Senado contrapõe a estratégia do presidente Jair Bolsonaro de pressionar pela redução dos **impostos** federais e do ICMS, cobrado pelos Estados, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Isso, de acordo com Pires, faz com que a discussão sobre os preços dos combustíveis caminhe cada vez mais para a mesa política, deixando de lado o debate técnico que envolve o preço da gasolina e do óleo diesel.

[Por um lado] o presidente quer forçar a redução do ICMS, mas não é o imposto que faz os preços da gasolina e do diesel subirem. É o preço do barril de petróleo, que está em US\$ 90, e a desvalorização cambial. Se o câmbio hoje estivesse em R\$ 4,50, poderíamos reduzir o preço dos combustíveis em 14%, disse Pires.

O economista explicou, no entanto, que apesar do ICMS não ser a causa da alta dos preços dos combustíveis nas refinarias, na bomba ele apresenta impactos porque tem a cobrança sobre a distribuição e o varejo. Mas o ICMS sobre o combustível, de acordo com o fundador do CBIE, é porcentual do preço do combustível e só aumenta se esse preço na boma

também aumenta.

Que o ICMS precisa ser reavaliado é fato, mas isso não deveria estar acontecendo em um ano eleitoral e muito menos num momento em que o preço do barril de petróleo está em US\$ 90, disse o economista, emendando que o presidente Bolsonaro só desistiu do uso de dividendos da Petrobras devidos à União para equilibrar os preços do diesel por meio do Fundo Social, já existente, porque o ministro da Economia, Paulo Guedes, teria dito ao presidente que isso custaria R\$ 60 bilhões, o que seria duas vezes o valor do novo Bolsa Família.

Segundo Pires, o fundo não seria permanente e, sim, pontual, com o estabelecimento de que seria acionado apenas quando o barril de petróleo atingisse um determinado preço e o câmbio, determinada taxa. Porque ou se cria um fundo ou se cria um imposto, disse o economista.

Agora, isso deveria ter sido criado no começo da pandemia, quando o barril de petróleo bateu os US\$ 22. Por outro lado, não pode deixar de se fazer alguma coisa porque o brasileiro não aguenta mais pagar R\$ 120 pelo botijão de gás e R\$ 7 pelo litro da gasolina, afirmou Pires.

Perguntado sobre o que deveria ser feito no curto prazo, ele disse que o correto seria o presidente Bolsonaro reunir os governadores e convencê-los a reajustar o ICMS dos combustíveis a cada seis meses e não mais a cada 15 dias como é feito agora. Assim, os governadores não teriam problemas de caixa, os preços dos combustíveis não subiriam tanto e seria um arranjo apenas para o período enquanto a **reforma tributária** não sai.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/ano-eleitoral-e-a-pior-hora-para-discutir-reducao-de-imposto-de-combustivel-diz-especialista,dd46b93197f8ee6476a16b98fd04b85a8foi28tw.html>

Entenda como dólar, tributos e cotação internacional atuam na formação dos preços dos combustíveis

O preço da gasolina sofreu reajustes de mais de 70% nas refinarias em 2021 e pesou no bolso. A alta no valor do barril de petróleo e a cotação do dólar são alguns dos fatores que afetam diretamente o aumento dos preços.

Entenda como o valor da gasolina é definido, os efeitos dos reajustes constantes dos combustíveis na **inflação** e como a instabilidade no cenário político e econômico afetam esse cenário.

*

Como é definido o preço dos combustíveis:

1) Realização Petrobras Refere-se ao valor pago pelas distribuidoras à petrolífera pelo seu serviço nas refinarias. Nesse valor, estão inclusos os custos de produção e os lucros da Petrobras.

2) Distribuição e revenda A parcela custeia o armazenamento e o transporte dos combustíveis, além dos serviços prestados pelos postos. Esse item varia de acordo com as estruturas de custo de cada empresa da cadeia e de características específicas de cada mercado, como nível de concorrência ou distância dos polos de entrega dos produtos.

3) Etanol anidro e biodiesel O etanol anidro é um composto formado quase 100% por álcool, adicionado na gasolina de acordo com especificações previstas em lei.

O biodiesel, combustível adicionado ao diesel e também previsto em lei, é uma alternativa para automóveis com motor a diesel. É derivado de óleos vegetais e gorduras. Pela regra em vigor, a gasolina vendida nos postos deve ter 73% de gasolina e 27% de etanol anidro. Já o diesel deve conter 10% de biodiesel em 2022.

4) ICMS

Tributo estadual que incide sobre a venda final de produtos, com alíquotas definidas pelos estados.

No caso dos combustíveis, a alíquota é cobrada sobre

um preço de referência, chamado de PMPF (Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final), definido pelos governos estaduais a cada 15 dias, com base em pesquisa nos postos.

Na gasolina, a alíquota varia de 25%, como em São Paulo, a 34%, caso do Rio. Para o diesel, a alíquota varia de 12% a 25%.

5) Cide, PIS/Pasep e Cofins **Tributos** federais, Cide e PIS/ Cofins são valores fixos. Um litro de gasolina A, que sai da refinaria, paga R\$ 0,10 de Cide e R\$ 0,7921 de PIS/Cofins. A Cide do diesel está zerada. A PIS Cofins é R\$ 0,3525 por litro de diesel A, antes da mistura com biodiesel.

Por que o preço aumenta?

O preço dos combustíveis acompanha mais de perto o mercado internacional desde 2010, quando foi implantada a política de paridade de importação, na qual é definido o preço de paridade de importação (PPI).

O PPI é um valor de referência, calculado com base no preço de aquisição do combustível (no caso do Brasil, geralmente o preço negociado em Houston, nos Estados Unidos), mais os custos logísticos até o polo de entrega do derivado -o que inclui fatores como o frete marítimo, taxas portuárias e o transporte rodoviário- e as margens para remunerar riscos inerentes à operação.

O valor também é influenciado pela cotação do dólar.

A referência para as cotações internacionais é o petróleo do tipo Brent, negociado em Londres. Em 2021, ele superou o pico atingido em 2018, ano em que ocorreu a greve dos caminhoneiros.

A alta refletiu a recuperação da economia global após os períodos de distanciamento do início da pandemia. A maior atividade fez com que a procura superasse a oferta de petróleo, aumentando o preço do produto.

No Brasil, o dólar manteve-se valorizado em relação ao real, o que também contribuiu para elevar durante o

ano o valor em reais do produto importado.

11

Isso fez subir o preço praticado pelos postos e, como consequência, elevou também a parcela de ICMS nesse valor, já que o tributo é calculado com base no valor de venda do combustível.

Como o cenário político e econômico afeta o preço?

Os efeitos de períodos de instabilidade política sobre o câmbio ajudam a pressionar os preços internos dos combustíveis, já que tendem a tornar o valor em reais mais caro. Isso tem sido comum em períodos pré-eleitorais, por exemplo, quando o dólar costuma reagir a incertezas sobre a troca de governo.

Recentemente, uma combinação de motivos internos e externos contribuiu para que a cotação do dólar subisse em relação ao real. Entre eles estão a incerteza sobre o futuro da pandemia e a instabilidade política do país.

Jair Bolsonaro (PL) iniciou seu mandato com o dólar na casa dos R\$ 3,80, mas a cotação da moeda americana ultrapassou a barreira dos R\$ 5 no início da pandemia e vem se mantendo desde então acima desse patamar, tornando-se um fator adicional de pressão sobre os preços dos combustíveis.

Preço da gasolina no mundo

Como o petróleo é uma commodity, ou seja, seus preços são internacionais, uma alta no custo do petróleo será sentida em todos os países.

Esse preço internacional é influenciado pelas decisões da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), grupo que em 2022 inclui 12 nações produtoras e que grupo atua como um cartel, ou seja, toma em conjunto decisões sobre exploração, produção e exportação/importação de petróleo que afetam o custo do produto. Por exemplo, se a Opep decide reduzir a produção de petróleo, mas a demanda continua no mesmo nível, o preço aumenta.

Qual deveria ser o preço real da gasolina?

A pergunta é impossível de ser respondida de forma geral, justamente porque o preço depende de todas as condições acima.

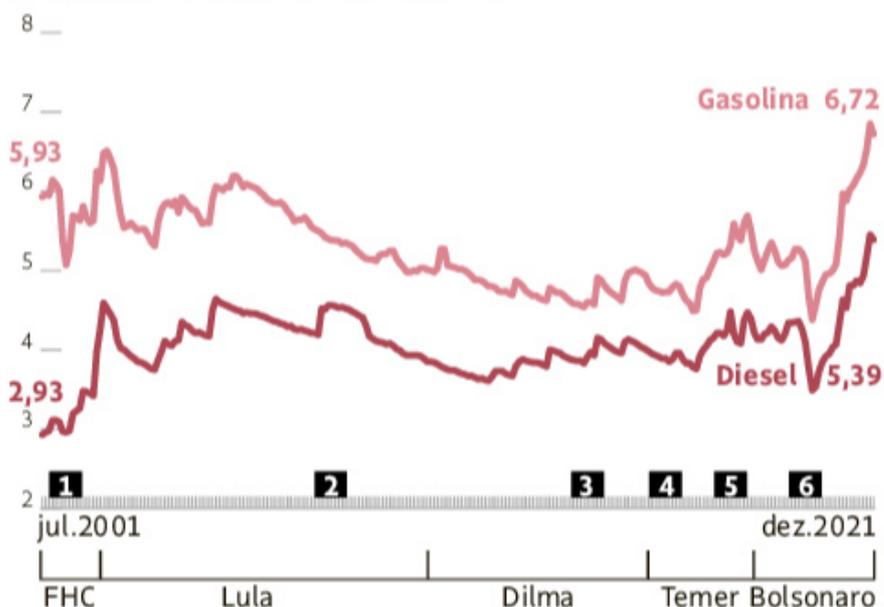
Além disso, o preço da gasolina depende de fatores que não podem ser controlados pelo mercado nacional de combustíveis -como a cotação do dólar ou o preço internacional do petróleo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

Por que os preços dos combustíveis sobem

Evolução do preço dos combustíveis
 Corrigido pelo IPCA de dez.2021, em R\$ por litro



- 1 jan.2002** - Preços dos combustíveis são liberados no Brasil
- 2 jul.2008** - Cotação do petróleo Brent supera US\$ 140 por barril, o maior valor da história
- 3 nov.2014** - Após três anos sendo negociado em torno de US\$ 100, Brent despensa para a casa dos US\$ 50 por barril
- 4 out.2016** - Petrobras anuncia nova política de preços com acompanhamento mais de perto das cotações internacionais
- 5 mai.2018** - Caminhoneiros param o país por duas semanas em protesto contra preço do diesel
- 6 mar.2020** - Início da pandemia do novo coronavírus no Brasil

Composição dos preços
 Na última semana de dezembro de 2021, em R\$



*Na gasolina é o etanol adido, no diesel é o biodiesel. Fontes: ANP e Petrobras

De volta à Selic - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Há quase dois meses escrevi neste espaço que o BC (Banco Central) diminuiria o ritmo de elevação da Selic devido ao risco de recessão em 2022 e ao fato de que leva tempo para o aperto da política monetária aparecer integralmente na economia. Minha expectativa se confirmou (às vezes a gente acerta).

Na quarta-feira (2), o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a Selic em 150 pontos-base (1,5 ponto percentual) e anunciou que o próximo aumento será menor do que os 150 pontos-base. Traduzindo do economês, o Copom aumentou a Selic de 9,25% para 10,75% e disse que, em meados de março, haverá novo aumento, mas não para 12,25%.

Agora o "mercado" discute se o próximo aumento será de 100 ou 75 pontos-base (acho que será de 100) e quando o BC interromperá o processo.

Segundo o Relatório Focus do BC, sobre a expectativa média do mercado, a Selic subirá para 11,75% em março e ficará em tal valor até dezembro.

Quais são os riscos de a Selic não subir como esperado pelo mercado? De um lado, as tensões internacionais e seus impactos nos preços do petróleo e do dólar podem manter a inflação elevada por mais tempo, requerendo uma Selic maior. No mesmo sentido, o excesso de chuva na região Sudeste e a insuficiência de chuva na região Sul podem atrasar a "desinflação" (desaceleração de preços) de alimentos.

Além dos dois riscos acima, há as tentativas de Bolsonaro de fazer uma última expansão fiscal antes da eleição, ligando o "Desonerômetro Tabajara", com corte linear de tributos sem nenhum planejamento de longo prazo. Esse tipo de medida tende a aumentar a inflação, em vez de reduzi-la, pois corte populista de impostos eleva a incerteza fiscal, que bate no câmbio, que bate no preço de combustível, energia, alimentos... você sabe e a equipe de Guedes também sabe onde isso termina.

Do outro lado, a economia está patinando, e a estagnação ou recessão tende a puxar a inflação para baixo, sobretudo de serviços urbanos.

Também haverá aumento de juro nos EUA, o que usualmente modera o preço internacional das commodities, sobretudo do petróleo, caso o Pentágono não consiga forçar Biden a arrumar

confusão coma Rússia. Em terceiro lugar, como já mencionei, os efeitos dos aumentos anteriores da Selic ainda não acabaram.

Diante dos riscos acima, torço para que a Selic pare mesmo entre 11% e 12%, como acha o mercado, mas temo que o combo Otan-Rússia-Bolsonaro elevará nosso juro básico para algo entre 12% e 13% até maio.

Para o leitor não desanimar, a boa notícia é que, dependendo de nosso resultado eleitoral e da evolução do cenário externo, a Selic pode cair no fim do ano.

Como? Por exemplo, suponha que Biden não caia na armadilha do "deep state" militarista dos EUA (aquele que sempre busca uma guerra para chamar de sua) e o impasse Otan-Rússia se resolva sem tiro nem elevação do preço do petróleo.

Assuma, também, que Guedes queira (há controvérsias) e consiga (há controvérsias maiores ainda) barrar o último baile de expansão fiscal populista do centrão bolsonarista.

Por fim, suponha que tenhamos eleições livres, elegendo um governo com responsabilidade social e fiscal (não adianta ter uma coisa sem a outra) e isso diminua incerteza econômica gerada pelo time Bolsonaro.

Eu sei que são muitas suposições, mas no cenário otimista o real se aprecia (já está acontecendo), a inflação cai rapidamente (ainda não aconteceu) e o BC pode cortar a Selic no fim do ano sem comprometer a estabilidade da inflação (tomara). Não é o mais provável, mas não custa torcer pelo melhor.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

11

PEC permite zerar imposto de combustíveis por dois anos

A Positivo recomenda o Windows 11 Pro para empresa.

EXCELÊNCIA EMPRESARIAL

24h Suporte Especializado

Conheça outros cases em positivoempresas.com.br

Mude sua maneira de produzir e fazer negócio.

Para Fabiano Longaray, CIO do Grupo Sinosserra, a locação de equipamentos é a solução ideal para sua operação.

"O que mais me surpreendeu foi a qualidade e os equipamentos duradouros e de alto desempenho". **Positivo As A Service** criada para facilitar seu dia a dia corporativo, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

COM A LOCAÇÃO, RENOVEI MINHAS MÁQUINAS SEM DESPENDER GRANDES VOLUMES FINANCEIROS

Fabiano Longaray
CIO do Grupo Sinosserra

ALL-IN-ONE POSITIVO MASTER A2200
Processador Intel® Core™
Windows 11 Pro
Armazenamento de até 2TB de HD
Memória de até 32GB
Tela LED de 21.5" Full HD

Família de Processadores Intel® Core™

Este é o momento de agregar mais valor ao seu negócio, produzindo mais com menos investimentos. Escaneie o QR CODE para saber mais. positivoasservice.com.br 0800 721 1277 e WhatsApp 41 99149 5371

**IANDER PORCELLA IZABEL PEREIRA DANIEL
WETERMAN BRASÍLIA**

O deputado Christino Áureo (Progressistas-RJ) apresentou ontem Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite reduzir ou zerar **impostos** sobre combustíveis e gás em 2022 e 2023, sem compensação fiscal. A medida vale para o governo federal, Estados, Distrito Federal (DF) e municípios.

A PEC foi apresentada na Câmara em meio às discussões entre Congresso e Executivo sobre como reduzir o preço dos combustíveis. O texto foi redigido na Casa Civil. O autor é o subchefe Adjunto de Finanças Públicas da pasta, Oliveira Alves Pereira Filho. É possível identificar a informação nas propriedades do documento, que foi autenticado na Secretaria-Geral da Mesa da Câmara.

O Senado debate soluções alternativas. Inicialmente, o presidente Jair Bolsonaro pretendia enviar uma proposta aos parlamentares. No entanto, ontem, durante a abertura do ano Legislativo, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), informou que a iniciativa seria do Congresso.

Em entrevista ao programa Voz do Brasil, na quarta, Bolsonaro confirmou que propostas seriam apresentadas pelos parlamentares. "Se pudermos zerar imposto do diesel, será de grande ajuda para

todos", disse o presidente.

"O aumento dos preços de alimentos e itens básicos, resultando em **inflação** e ainda mais desigualdade social, é um dos efeitos diretos do alto preço dos combustíveis", justificou Áureo, ao apresentar a proposta

Autoria Texto apresentado por deputado foi redigido por um funcionário da Casa Civil

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O tortuoso caminho da privatização no Brasil - FRANCISCO GÓES

FRANCISCO GÓES

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Entidade enfrenta neoliberalismo, diz ex- chefe do Cade

Maria Cristina Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Justiça libera sócio falido de comprovar quitação de dívida com o Fisco

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132

Remédio amargo contra inflação (Editorial)

Com novas altas de juros, o aperto financeiro vai continuar, nos próximos meses, dificultando o crescimento econômico, atrapalhando a criação de empregos e impondo maiores custos ao Tesouro Nacional e aos consumidores endividados. Esta é a promessa mais importante do Banco Central (BC), empenhado em conduzir a **inflação** à meta neste ano ou no próximo. Mas os novos aumentos da taxa básica de juros poderão ser mais moderados. Esta foi a única mudança anunciada pelo Copom, o Comitê de Política Monetária do BC, depois de elevar a taxa de 9,25% para 10,75% na reunião encerrada na quarta-feira. Não será uma trégua, porque o crédito, afinal, continuará encarecendo. Só o ritmo do aperto deverá ser diminuído.

Acuado pela **inflação** e esfolado pelos juros, o brasileiro pode encontrar pelo menos um sinal positivo na mensagem do Copom. Há um toque de otimismo na mudança anunciada: a **inflação** deverá cair neste ano e no próximo, segundo o **comunicado**, quando se manifestarem os efeitos cumulativos dos aumentos de juros. Esses dois anos compõem, neste momento, o "horizonte relevante" para a política monetária.

Mas antes do alívio será preciso passar pelo Purgatório. No cenário de referência mencionado pelo Copom - e baseado em projeções do mercado -, os juros básicos deverão chegar a 12% e em seguida recuar para 11,75%, taxa prevista para o final de 2022. Se as projeções estiverem corretas, a **inflação** ainda poderá superar 5% neste ano. Se isso ocorrer, mais uma vez a alta dos preços ao consumidor terá ultrapassado o teto da meta.

Esse desvio aconteceu em 2021, quando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou 10,06%, passando muito acima do limite de tolerância, fixado em 5,25%.

Cumprindo uma regra estabelecida em 1999, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, mandou uma carta de explicações ao ministro da Economia, Paulo Guedes, presidente do Conselho Monetário Nacional (CMN). O teto, neste ano, é 5%.

O aumento recém-anunciado levou os juros ao nível mais alto desde maio de 2017, quando chegaram a 10,25%, num recuo de 1 ponto em relação à taxa anterior. A redução continuou nos anos seguintes, até se alcançar, em agosto de 2020, a taxa de 2%.

Essa taxa foi mantida até março de 2021, quando o

Copom decidiu reagir à alta de preços.

A reação foi lenta e, segundo muitos analistas, iniciada com atraso. O novo surto inflacionário foi descrito pelo Copom, durante meses, como passageiro - um engano comparável àquele cometido pelo Federal Reserve, o banco central americano. Lá, como no Brasil e na Europa, o ressurgimento da **inflação**, depois da primeira fase da pandemia, foi muito mais forte e mais duradouro do que indicaram, por algum tempo, as autoridades monetárias.

O erro foi percebido, afinal, e a orientação começou a mudar. Nos Estados Unidos uma reação mais forte poderá ocorrer a partir de março. Juros mais altos na economia americana produzem efeitos no mercado financeiro internacional e nos fluxos de dólares, tornando impraticáveis políticas brandas no Brasil e em muitos outros países.

Também por isso seria irrealista esperar uma orientação mais frouxa do Copom. Os ajustes adicionais poderão ser mais suaves, mas a mensagem é clara quanto à continuação da política restritiva: por enquanto, "é apropriado que o ciclo de aperto monetário avance significativamente em território contracionista".

A evolução do conjunto de preços continuará a depender das cotações internacionais de produtos básicos, do funcionamento das cadeias de suprimentos de insumos industriais, da cotação do dólar e das expectativas dos empresários e dos investidores financeiros.

O dólar e essas expectativas serão em grande parte determinados pelas perspectivas das finanças federais, da evolução da dívida pública e, portanto, das atitudes e decisões do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados num ano de eleições. Sem autoridade para impedir desmandos na Praça dos Três Poderes, resta ao Copom tentar cuidar das consequências, apertando sua política, se for necessário.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Campanha reforça risco político para a estatal (Artigo)

RAFAEL CORTEZ, CIENTISTA POLÍTICO E SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA

Há um ceticismo em parte da sociedade sobre a capacidade de as eleições presidenciais sinalizarem a real intenção dos diferentes candidatos acerca dos temas de governo. Os sinais emitidos ao longo da campanha seriam quase peça de ficção, dado que seriam promessas vazias, desenhadas apenas para agradar ao eleitor. Levado ao limite, acompanhar os sinais da campanha eleitoral seria de pouca utilidade para o entendimento das decisões de um futuro governo. Minha leitura é que essa visão estilizada menospreza o risco político para o mercado de óleo e gás e, por consequência, do papel da Petrobras.

A estrutura da competição presidencial de 2022 deve oferecer ao público um amplo cardápio de visões de mundo sobre o papel do Estado na regulação econômica. O mercado de óleo e gás e a Petrobras devem ocupar um lugar privilegiado no debate eleitoral. Esse cardápio de respostas deve trazer forte risco político para o setor diante do "cobertor curto" presente nas diferentes alternativas oferecidas.

O preço de combustíveis é objeto de incontáveis propostas diante da tendência de aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais, potencializado pela desvalorização do real frente ao dólar. Da tributação à política de distribuição de dividendos da Petrobras, passando pela criação de um fundo de estabilização de preços, não faltam ideias pensadas para algum tipo de controle dos preços dos produtos da cadeia.

Os sinais crescentes de instabilidade macroeconômica reforçam o peso político da regulação setorial como forma de conserto dos problemas mais caros ao sistema econômico.

O combate à **inflação** é um dos campeões para justificar interferências em diferentes mercados em nome do "bem comum".

Essa preocupação é comum mesmo entre atores políticos defensores da privatização da Petrobras.

A tendência é de uma corrida entre os nomes ligados à centro- direita pelo status de candidatura liberal. A luta da terceira via é quase sinônimo de mobilização

de um eleitorado que responde positivamente às mudanças no status da companhia.

Há outra corrida subjacente à eleição presidencial, a saber: a corrida pelo combate à corrupção.

A Petrobras deve ser uma ferramenta central entre os candidatos no campo da centro-direita como forma de desgaste ao ex-presidente Lula.

O risco do ativismo político é alto em cenário de instabilidade macroeconômica. As chances de emendas piores que o soneto são altas dados os diferentes objetivos dessa agenda. Os sinais vindos da campanha não são vazios.

RAFAEL CORTEZ, CIENTISTA POLÍTICO E SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Putin preparou a Rússia para resistir às sanções

EDUARDO GAYER

A atitude de Vladimir Putin na Ucrânia é desafiadora. Mas há mais por trás de sua confiança.

Nos últimos anos, ele reestruturou a economia russa para resistir à pressão ocidental, reduzindo o uso de dólar e a influência dos EUA. Ele acumulou reservas monetárias, cortou seu orçamento e reorientou o comércio, substituindo importações.

"Autoridades russas fizeram um bom trabalho para tornar a economia imune a sanções", disse Alexander Gabuev, do Carnegie Moscow Center. Essa transformação, oito anos após as sanções impostas em razão da anexação da Crimeia, ajudam a explicar por que Putin parece disposto a encenar outra incursão militar.

A medida mais importante foi o estoque de moeda estrangeira no Banco Central da Rússia.

Todos os países reservam moeda forte para cobrir dívidas.

Aqueles que exportam energia, geralmente, acumulam mais para compensar as flutuações de preços. Desde 2015, a Rússia, graças ao petróleo e ao gás, expandiu suas reservas para US\$ 631 bilhões, o equivalente a um terço do PIB. É a quarta maior reserva desse tipo no mundo. "É isso que dá a Putin liberdade de manobra estratégica", escreveu Adam Tooze, historiador da Universidade de Columbia.

Ao reduzir despesas, Putin manteve as dívidas abaixo de dois terços das reservas. "Esse equilíbrio financeiro significa que a Rússia nunca experimentará o tipo de crise financeira que abalou o país em 1998", disse Tooze. Agora, o dólar responde por apenas 16% das reservas - a maior parte está em euros, iene chinês e ouro. Foi um passo em direção à "desdolarização", que reduz a capacidade americana de sufocar a Rússia.

AJUSTE.

A dependência da Rússia das exportações de petróleo e gás, que muitos veem como fraqueza, também representa poder. "A Europa não resolveu a dependência do gás russo", disse Emma Ashford,

pesquisadora do Atlantic Council. O apertado orçamento significa que o governo russo pode cobrir suas despesas desde que o barril do petróleo seja vendido por pelo menos US\$ 44. O preço atual é o dobro disso.

No entanto, Putin pode não ter previsto medidas mais duras.

"As sanções agora são mais fortes do que aquelas de 2014", disse Edward Fishman, alto funcionário do governo Barack Obama. A ameaça do presidente Joe Biden de impedir que os bancos russos façam transações em dólar, se executada, restringiria a capacidade dos bancos de fazer negócios no exterior.

Mas os líderes ocidentais enfrentam um dilema. Medidas tão severas, em uma economia tão grande e globalmente integrada, também prejudicariam outros países, que já lidam com o estresse econômico.

'Se Biden convidar, visito os EUA também', diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro minimizou ontem o desgaste diplomático com os EUA causado por sua viagem à Rússia, marcada para dia 14, no auge das tensões na Ucrânia. "Brasil é Brasil, Rússia é Rússia. Faço bom relacionamento com o mundo todo. Assim como se Biden me convidar, irei aos EUA também, com o maior prazer", afirmou Bolsonaro em Porto Velho, antes de se encontrar com o presidente do Peru, Pedro Castillo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Energia nuclear é energia limpa? - CELSO MING



CELSO MING

A União Europeia acaba de tomar uma decisão polêmica: a de considerar energias limpas também as produzidas por centrais nucleares e por termoelétricas a gás natural.

Embora contrarie ambientalistas e políticas já definidas por governos, este é o reconhecimento de que a transição para a pretendida energia verde e sustentável não é apenas cara.

É também tecnicamente difícil e levará tempo. Mas isso tem de ser mais bem explicado.

As centrais nucleares, embora não produzam poluição imediata, estão sujeitas a dois problemas ambientais: ao risco de um acidente como os que aconteceram nas Usinas de Chernobyl, na antiga União Soviética (1986), e de Fukushima (2011), no Japão; e às dificuldades de estocar resíduos radioativos. Foram essas razões que levaram a Alemanha a descartar a energia de fonte nuclear.

O gás natural é uma fonte menos poluente do que os derivados de petróleo e o carvão mineral, mas não é inteiramente verde e não é renovável.

Apesar dessas contraindicações, a União Europeia, tão ciosa de suas responsabilidades ambientais, não vacilou em incluir essas duas fontes de energia em sua lista de merecedoras de incentivos especiais.

A questão de fundo é a de que não está claro como o petróleo e o carvão, embora já descartados a médio prazo, podem ser substituídos por outras fontes aceitáveis de energia.

O carro elétrico, por exemplo, é quase uma unanimidade na Europa. A Noruega anunciou que pretende eliminar carros novos a gasolina ou diesel até 2025. A indústria automobilística vai respondendo a essa drástica mudança da demanda. Mas isso não basta. É preciso saber como é produzida a energia elétrica consumida por essa nova frota. Pouco adiantaria se os mesmos gases hoje emitidos pelos escapamentos de veículos a combustão fóssil forem despejados na atmosfera pelas chaminés das termoelétricas a carvão ou a óleo combustível.

A disparada dos preços do petróleo e do gás natural (veja o gráfico) mostra que, pelo menos por mais uns 15 anos, a economia global continuará dependente de combustíveis fósseis.

Bastou que a economia mundial ensaiasse uma recuperação para que os preços do barril de petróleo (tipo Brent) saltassem 73% em um ano e 17% apenas nesse começo de 2022. Alguns analistas já cantam o preço do petróleo a US\$ 100 por barril. O caso do gás ainda passa por séria restrição geopolítica, que é o risco de que os gasodutos que abastecem a Europa com gás russo sejam bloqueados pelo acirramento dos conflitos que envolvem a Ucrânia.

Ou seja, algumas das importantes demandas dos ambientalistas não estão em condições de ser cumpridas sem o risco de disparada da **inflação**, de redução do avanço do **PIB** e de mais desemprego.

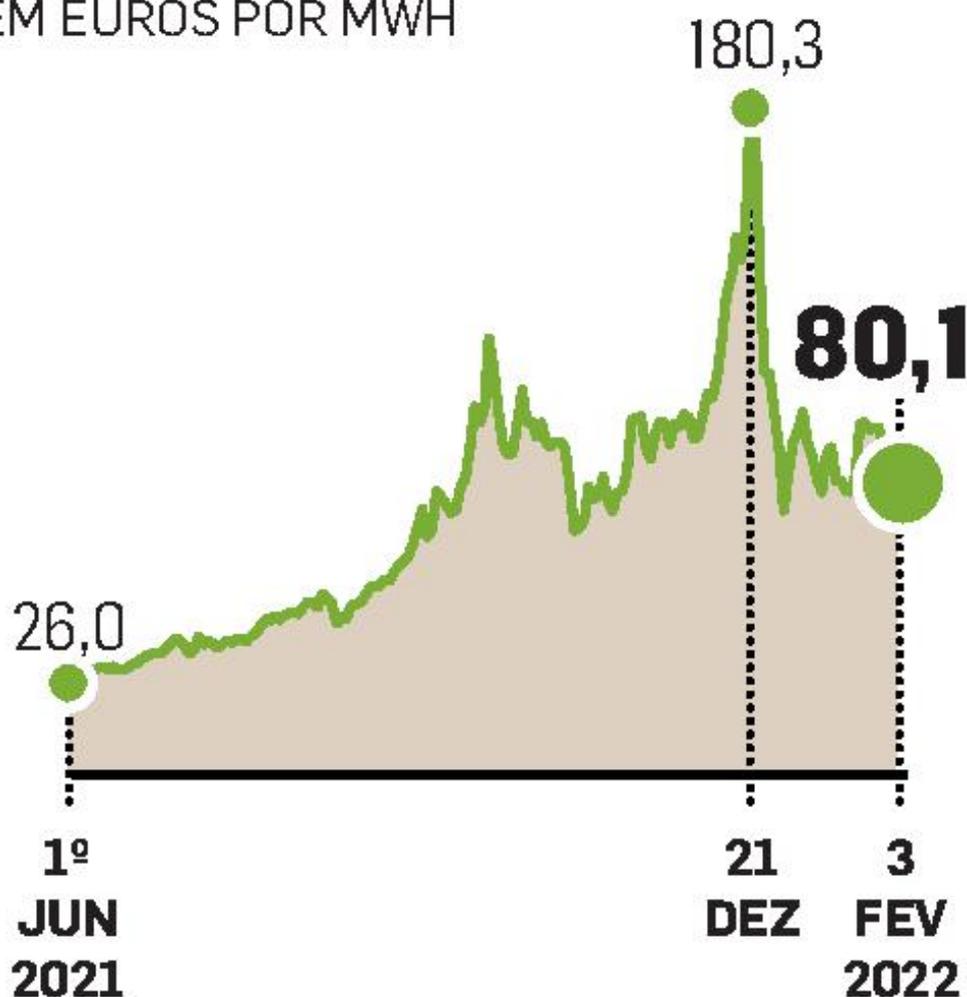
Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Energia nuclear é energia limpa?

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EM ALTA

PREÇO DO GÁS NATURAL*
EM EUROS POR MWH



*CONTRATO FUTURO COM VENCIMENTO PARA MARÇO DO GÁS TTF (TITLE TRANSFER FACILITY), REFERÊNCIA NO MERCADO EUROPEU

FONTE: YAHOO FINANCE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Mercado aposta em uma alta de 1 ponto na taxa Selic em março

MARIANNA GUALTER CÍCERO COTRIM

A sinalização do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de que deve reduzir o ritmo de aperto da política monetária não mudou a expectativa do mercado de um aumento de 1 ponto percentual para a Selic na reunião do colegiado em março, considerando a mediana das estimativas compiladas pelo Projeções Broadcast - o que levaria a taxa básica de juros de 10,75% para 11,75% ao ano.

A possível mudança de rota foi sinalizada pelo Copom no **comunicado** divulgado na quarta-feira para explicar a puxada da Selic para 10,75%. O colegiado fala que, neste momento, parece mais "apropriado" um aumento inferior ao ritmo de 1,5 ponto que prevaleceu nas três últimas reuniões. O documento, porém, não estabeleceu um consenso no mercado acerca do momento em que o fim do ciclo de aumentos deve ocorrer, com estimativas divididas entre março e maio de 2022.

"O BC tomou um pouco mais de risco nesse **comunicado** ao adotar a possibilidade de redução do ritmo de alta. Esperávamos que ele deixasse as possibilidades mais abertas, justamente devido às altas recentes da **inflação** e às pressões sobre os preços", afirmou o economista João Leal, da Rio Bravo Investimentos.

O economista prevê que a Selic mantenha o patamar de 11,75% até o fim de 2022, com um ciclo gradual de cortes somente em 2023, levando a taxa a 8,0% no encerramento do próximo ano. "O BC não deve arriscar reduzir os juros antes de ter um cenário mais claro de como será o próximo governo em termos fiscais", afirma.

Leal espera **inflação** de 5,4% em 2022 e de 3,3% em 2023.

O MUFG Brasil está entre as instituições que esperam aumentos nas duas próximas reuniões do colegiado, com alta de 1 ponto percentual em março e de 0,50 ponto em maio, levando a Selic até 12,25%. "Achamos que vai além de 12% devido à necessidade de coordenar bem a expectativa de **inflação** e garantir que, principalmente no ano que vem, fique dentro da meta", disse o economista sênior Maurício Nakahodo.

INFLAÇÃO. O economista prevê **inflação** de 4% no fim de 2022, mas explicou que diversos vetores provavelmente devem colocar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acima desse nível, como o preço internacional do petróleo e o impacto das chuvas nas safras de grãos, além da retomada da economia após a atual onda de Ômicron. O cenário do economista prevê o início do ciclo de cortes da Selic somente em 2023, com uma taxa de 8,25% no fim do período.

Já o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Souza Leal, elevou a projeção de aumento dos juros em março, de 0,75 ponto percentual para 1,0 ponto, com Selic de até 11,75%. Para ele, o Copom usou o **comunicado** de fevereiro para limitar estimativas mais extremas. "O fato de ter dito que iria desacelerar o ritmo tirou os extremos dá menos probabilidade de ficar abaixo de 11,75% ou acima de 12,25%. Concentrou as estimativas nesse intervalo", disse Leal. "O BC fez de propósito, para não perder a liberdade, já que os números têm surpreendido tanto pelo lado da atividade, quanto pelo lado da **inflação**. Como ele mesmo colocou, vai depender dos próximos dados." As projeções de Leal consideraram que, com um cenário um pouco mais favorável de **inflação** e atividade, o BC teria espaço para encerrar o ciclo em maio. |

4 perguntas para.

ALBERTO RAMOS Diretor do grupo de macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs

| O Copom sinalizou um aumento dos juros menor em março. Isso foi recebido como uma sinalização de uma tendência de redução da intensidade das altas por uma parte do mercado. Talvez o mercado não esperasse uma menção tão explícita. Basicamente o Copom pôs um teto no movimento de março. Qualquer coisa entre 0,75 e 1,25 ponto nos parece apropriada neste momento, que está na fase final de ajuste fino.

Claramente ele tem sido bastante agressivo, a política monetária está em campo claramente restritivo, e o impacto desse aperto monetário ainda não se fez sentir na demanda agregada e na **inflação**. Claramente está sinalizando que essa fase de aceleração para 1,5 chegou ao fim.

I Isso coloca um limite da Selic no nível observado no cenário de referência do Copom, de 12%?

Tecnicamente, não tem limite. Depende da evolução da **inflação**, do balanço de riscos, do entorno externo, da pressão no câmbio, da dinâmica da conta de capital, que impacta o câmbio. Ele é um banco central que tem uma meta de **inflação**, já disse de forma clara que a **inflação** projetada em relação à meta de 2023 tem maior peso na função de reação do que a **inflação** para 2022. Olhando a **inflação** projetada, com um juro se aproximando de 12%, ele consegue entregar a **inflação** na meta em 2023.

I O iminente aperto monetário nos Estados Unidos, que o mercado já considera que pode ser mais forte do que o esperado, pode ter influência no ciclo de juros do Brasil?

Certamente. Eu diria que, olhando o cenário para 2022, a política monetária do Fed terá mais impacto em determinar quando e como o Copom poderá eventualmente cortar a Selic do que onde para o ciclo de aperto monetário.

Não vamos esquecer que a política monetária hoje está em campo claramente restritivo, com uma expectativa de crescimento do **PIB** extremamente baixa. Nesse entorno, com uma **inflação** projetada na meta, com um **PIB** baixo, hiato do produto negativo, mercado de trabalho ainda com bastante ociosidade, elevar o juro a 12% já é uma dose de restritividade bastante significativa.

I Quando pode começar esse processo de corte de juros no Brasil?

A política monetária hoje está em campo restritivo e ficará ainda mais restritiva com a decisão de março. Isso significa que, em algum ponto, teria de voltar pelo menos ao seu ponto neutro.

A gente acha que esse ponto poderia ser, provavelmente, no final de 2022, quando o BC começa a olhar a **inflação** projetada para 2023, que hoje está relativamente bem alinhada com a meta, e também a **inflação** projetada para 2024. I CÍCERO COTRIM

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Onze grupos apresentam propostas para modelo de operação dos jogos

Onze grupos apresentaram propostas de modelagem da Loteria Paulista ao governo do Estado de São Paulo, que escolheu seguir pelo caminho de contratar apenas uma empresa para tocar toda a operação estadual dos jogos de azar.

Apesar de alguns interessados discordarem do modelo de exclusividade, o especialista em estudos para Projeto de Manifestação de Interesse (PMI) da GCL Consultoria Econômica, Gustavo Viscardi, disse acreditar em uma competição significativa no leilão previsto para o fim de março.

Ele afirmou, porém, preocupações dos investidores com a possível entrada de grandes municípios paulistas nesse mercado, com o lançamento de suas próprias loterias nos próximos anos.

"Há bastante espaço para aumentar a cultura do brasileiro em apostar e usar mais as loterias. Quando houver esse movimento com várias novas empresas, é como jogar um fermento para o bolo crescer como um todo. Cada fatia será maior que o bolo original, mas esse fermento também tem um limite." MERCADO. Viscardi afirmou que a loteria federal - com monopólio da Caixa - representa 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, enquanto o setor representa média de 1% do PIB no mercado europeu, chegando a 1,54% do PIB em Portugal. "Estimamos receitas de R\$ 20 bilhões a R\$ 23,5 bilhões com uma loteria que alcance 0,80% do PIB paulista, com uma penetração quatro vezes maior que a loteria federal. Isso contando recursos novos e os bilhetes 'rejogados' com os recursos dos prêmios", disse.

Para isso, a empresa vencedora do contrato de concessão precisará realizar pesados investimentos de infraestrutura e marketing, além de aumentar a capilaridade dos pontos de apostas. "A Caixa investe entre R\$ 100 milhões a R\$ 120 milhões em marketing por ano.

Projetamos investimentos de cerca de R\$ 240 milhões pela Loteria Paulista, próximo ao orçamento anual de marketing das Casas Bahia", afirmou.

Segundo ele, a Caixa tem hoje em torno de 20 mil pontos de venda em todo o Brasil, enquanto a Loteria Paulista só no Estado de São Paulo teria entre 40 mil e 44 mil pontos.

Potencial A loteria federal no Brasil representa hoje 0,3% do **PIB**, enquanto no mercado europeu chega a 1%

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Banco Central persiste na batalha contra a inflação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Crise hídrica custou R\$ 28 bilhões para o país, aponta ministério

Rafael Bitencourt

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Mercado reduz relação entre dívida e PIB, indica SPE

Estevão Taiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

A moeda digital do Fed (Artigo)

Armando Castelar Pinheiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132?page=16§ion=1

PPG inicia novo ciclo de investimentos no Brasil

Tintas Stella Fontes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132

GPA planeja investir R\$ 1 bi no Brasil este ano

Cristian Favaro e Adriana Mattos De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187132

Presidente confirma a troca de 11 ministros em 31 de março

DIMITRIUS DANTAS *dimitrius.dantas@sp.qlobo.com.br* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>